

*Artigo

Sociedade dos dados

Imagine o seguinte cenário: você precisa de um empréstimo e, então, efetua o login em uma plataforma on-line, digitando informações pessoais e detalhes da solicitação. Em poucos segundos, algoritmos de diferentes intermediários financeiros fazem uma leitura completa dos dados e das transações financeiras mais recentes e, com base na análise de risco, você obtém cotações de diferentes concorrentes. A partir daí, basta escolher a melhor opção e dar o consentimento em relação aos termos e às condições para receber o dinheiro na conta em questão de minutos. Tudo automatizado, sem intervenção humana.

Diante da rápida evolução tecnológica e das inúmeras possibilidades que a análise de dados oferece, é quase certo que situações como a que acabou de ser apresentada tornem-se realidade. Em muitos setores, a habilidade de interpretar os padrões das informações será o diferencial. Uma pesquisa científica recente sobre dados bancários reforça essa percepção. Nela, cientistas constataram que poderiam alcançar uma pontuação de crédito quase 50% mais precisa do que a realizada pelos bancos já que eles conseguem analisar fontes de dados externas e, consequentemente, examinar o novo campo de atuação da física social — como, por exemplo, o comportamento do consumidor — em vez de apenas dados bancários tradicionais como idade, renda ou histórico de pagamentos. Isso implica grandes oportunidades de obter vantagens competitivas.

No caso do setor financeiro, isso não ocorre somente devido ao grande número de possibilidades de análise de dados (Data & Analytics), mas também em decorrência da legislação que está sendo aplicada aos países da Europa. Acredita-se que a Diretiva de Serviços de Pagamento (Payment Services Directive - PSD) da Comissão Europeia irá estremecer o cenário financeiro e indicar novos caminhos para inovações. Uma das providões na PSD é que os bancos serão obrigados a conceder acesso a outras partes (que não sejam bancos) de dados de pagamento, o que permitirá novos produtos e serviços. Por meio do uso de Interfaces de Programação de Aplicativos (Application Programming Interfaces - APIs), terceiros podem abrir a caixa de Pandora dos bancos e oferecer aos consumidores um leque de opções para que eles interajam com bancos, desde que tais clientes concordem explicitamente com isso.

Mas não é apenas o setor financeiro que se beneficiará. Na Suíça, por exemplo, uma nova lei federal em relação a registros eletrônicos de pacientes será implementada no ano que vem. Os hospitais e os lares para idosos precisarão se adaptar a essa legislação, incentivando a digitalização do setor de serviços de saúde, o que vai permitir aos pacientes acessarem os próprios registros. Isso oferece oportunidades para novos produtos, serviços e modelos operacionais de serviços de saúde em setores relacionados, como o farmacêutico, além de influenciar o modo como as prestadoras de serviços de seguro interagem com os clientes e processam os casos de sinistro.

Há de se convir que um pouco de imaginação pode resultar em inúmeras novas possibilidades. Todos os setores que se baseiam em informações passarão por grandes transformações nos próximos anos. Temos observado que concorrentes em determinados setores da economia têm avançando fronteiras e introduzindo modelos de negócio disruptivos. Reflita sobre os setores de viagens, seguros e táxis, a indústria da música e até o setor automotivo, nos quais novas empresas oferecem propostas novas com base no uso inteligente de dados. Vinte anos atrás ninguém considerava esses setores como sendo ricos em dados. Atualmente, essas informações estão no cerne das estratégias de negócio.

O fato é que muitas áreas ainda não foram exploradas. Embora as empresas e as instituições estejam tomando as medidas iniciais rumo a uma sociedade orientada a dados, é difícil imaginar até onde esse desenvolvimento pode chegar. Tudo isso nos remete aos anos 90, época em que surgiu a internet, quando ficou evidente que o mundo estava diante de uma grande mudança, mesmo que ainda não tivesse ficado muito claro qual seria.

No mercado atual, as leis do Darwinismo digital implicam que não são as empresas mais fortes — as líderes no mercado — que serão as vencedoras de amanhã, e sim as que são capazes de adaptar-se às mudanças da melhor forma possível e com mais rapidez. Isso terá como consequência o fato de muitas delas, mesmo as já estabelecidas no país, ainda precisam mudar rapidamente para se tornarem bem-sucedidas e, dessa forma, salvaguardar um modelo de negócio viável para o futuro.

Frank Meylan é sócio da KPMG no Brasil

Diário da Serra®

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

f

d

s

t

Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME

ISSN 2238-6467

FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996

Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO

Av. Tancredo Neves, 1247-4K, Parque Maracajá • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000

Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenópolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.

Tragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO

DIREÇÃO GERAL

Mano Reski

mano@diariodaserra.com.br

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA

Silvana Tormes

silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES

Reinaldo Manarim Neto

Maykon Henrique Moura

Evertton Matheus N. Campos

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE E ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

GRÁFICA

E. Tormes & Cia Ltda-ME

Av. Tancredo Neves, 1247-4K, 3º and 02

CNPJ 14.048.123/0001-07

CONTATO

adm@diariodaserra.com.br

65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

*Curtas

Servidores fecham rodovia

Em greve, os servidores estaduais que atuam em Barra do Bugres bloquearam trecho da MT-246, naquele município, na manhã desta segunda-feira, 6, para cobrar o pagamento da recomposição salarial de 11,27%. As categorias recusaram a proposta do governador Pedro Taques (PSDB) de conceder 6%, parcelado em três vezes. O bloqueio durou cerca de uma hora. Os manifestantes aguardaram a chegada do deputado estadual Wilson Santos (PSDB), que é líder do governo na Assembleia Legislativa e que estava em um evento na Aldeia Umutina, em Barra do Bugres. “Nós conversamos com o deputado Wilson Santos e cobramos a concessão da RGA [Revisão Geral Anual]. O Fórum Sindical está aguardando uma proposta melhor do governo, para o pagamento em 2016”, disse o presidente da subsele do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público (Sintep) em Barra do Bugres, João Bosco. A proposta do governo é pagar 2% em setembro, 2% em janeiro de 2017 e os outros 2% em março. Cerca de 60 pessoas participaram do protesto. Depois de liberarem a rodovia, os manifestantes estão fazendo um ato na cidade. (Créditos foto: Cristiano Gomes/ TV Centro América).

Barra do Bugres

Naquele município, 10 das 13 escolas estaduais estão com as aulas suspensas. A greve, que começou no dia 31 de maio, atinge 28 categorias, segundo o Fórum Sindical. Na última sexta-feira, o desembargador do TJMT determinou que os servidores da segurança pública, do sistema penitenciário e do Detran retornassem às funções.

Acessibilidade

Das 149 escolas da rede pública de ensino de Cuiabá, 78 tem projetos de acessibilidade às pessoas com deficiência, mas menos da metade foi executada efetivamente. A informação é do Ministério Público, que entrou com uma ação na Justiça contra o município para cobrar providências em 2004. A decisão saiu em 2010, mas quase não houve avanço.

Multa

Por causa disso o MPE entrou com um pedido, no mesmo processo, para que seja aplicada multa diária de R\$ 1 mil à atual secretária de Educação, Marioneide Angelica Klie-maschewsk, e que sejam instaurados procedimentos para apurar a prática de, em tese, de improbidade administrativa por descumprimento de decisão judicial.

Corpo mole

Para o MPE, foi feito pouco ou quase nenhum avanço desde a decisão da Justiça. O Ministério Público diz que o município se limitou a apresentar no processo a lista das escolas que têm ou não projetos de acessibilidade e que a prefeitura deverá ter apontado quais as providências que foram ou que serão tomadas para solucionar o problema.

*Bastidores da Política

Divisas territoriais

Mesmo em meio à polêmica sobre os espaços territoriais referentes ao município de Santo Antônio de Leverger, que alega estar perdendo mais de 14% de suas terras, a Lei 10.403 de 2016, que atualiza as divisas territoriais dos municípios, foi sancionada por “sanção tácita”. Isto porque o governador Pedro Taques (PSDB) não se manifestou no prazo de 15 dias.

Revisão

Essa etapa da revisão territorial é referente ao primeiro bloco de municípios e além de Santo Antônio, também foram afetados Acori-zal, Barão de Melgaço, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento e Várzea Grande. A polêmica referente à lei, porém, está relacionada ao município de Santo Antônio.

Livramento

Em reunião na Assembleia, antes da promulgação da lei, o prefeito Valdir de Castro Filho alegou que sua cidade foi prejudicado com as novas divisas. De acordo com Valdir, um estudo, apresentado por ele, aponta uma perda de 14% do território, contrapondo as informações apresentadas pelo projeto de Lei que é de 5%.

Mudanças

Pela Constituição, até 5% é possível fazer a revisão territorial sem a necessidade de plebiscito, no entanto, na alegação do prefeito este percentual é superior e precisaria de consulta pública. No entanto, como não houve avanços nos debates, a lei entra em vigor a partir desta semana. Isto irá alterar a questão fundiária e a arrecadação dos municípios.

Segundo bloco

O próximo projeto de lei é sobre o estudo realizado no segundo bloco e que abrange Chapada dos Guimarães, Poconé, Rosário Oeste, Nobres, Nova Brasilândia e Planalto da Serra. Já os municípios limítrofes são Diamantino, Cáceres, Barra do Bugres, Alto Paraguai, Paranatinga, Primavera do Leste, Campo Verde, Nova Mutum, Porto Estrela e Santa Rita do Trivelato.

Teste da Mãezinha

Projeto de lei de autoria do deputado estadual Guilherme Maluf, busca assegurar o direito a todas as gestantes realizarem o Teste da Mãezinha durante o pré-natal. Trata-se de um exame laboratorial de sangue, que tem como objetivo detectar e prevenir as hemoglobinopatias, como a Anemia Falciforme e a Talassemia Major.

Exame

Caso o projeto seja aprovado, as gestantes poderão realizar o exame gratuitamente para diagnóstico precoce de hemoglobinopatias nas maternidades e casas hospitalares subvencionadas pelo Estado. As gestantes nas quais a doença for detectada deverão ser encaminhadas para orientação e acompanhamento médico na rede pública de saúde.

Exonerada

A secretária-adjunta de Saúde de Lucas do Rio Verde, Kessily Marcondes, foi exonerada do cargo após passar por uma cirurgia via SUS, feita pelo noivo, Luridos Santos Viana. O médico foi afastado do hospital após o caso vir à tona. Késsily, por sua vez, disse que todo o procedimento foi legal e que ela utilizou o hospital público como qualquer outro usuário do SUS.

“Hoje a maior agonia do nosso Governo é não pagar RGA”

“Maior agonia do Governo”. Desta forma o secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, classifica o não-pagamento de 11,27% da Revisão Geral Anual (RGA) do funcionalismo público ainda este ano e que tem gerado um intenso embate entre servidores e o Executivo. “Nós, que estamos no Governo, todos os dias temos agonias. Hoje, a maior agonia do nosso Governo é não pagar RGA. Sabemos dos 11,27% que são de direito dos servidores, mas não temos condições de pagar”, disse Taques, em entrevista. O secretário reafirmou a proposta apresentada pelo Governo, na última semana, no sentido de quitar 6% do reajuste, em três parcelas. A proposta, no entanto, já foi descartada pelos servidores que cobram o pagamento da integralidade da reposição, ainda que de forma parcelada, desde que ocorra ao longo deste ano.